

AINDA MUITO DISTANTE DOS “PAÍSES MAIS ADIANTADOS”: A EUROPA NOS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX

STILL FAR AWAY FROM THE “MOST ADVANCED COUNTRIES”: EUROPE IN THE DISCOURSES ON PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

Renato Marinho Brandão Santos*
renato.marinho@ifrn.edu.br

José António Martin Moreno Afonso**
jafonso@ie.uminho.pt

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar como as referências ao continente Europeu aparecem em discursos relacionados à Educação Profissional no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, partindo da compreensão de que o discurso representa as características e interesses de um indivíduo, mas também do grupo ao qual pertence, são analisados relatórios de governo, matérias de jornal e o livro *Impressões da Europa*, de Nilo Peçanha, entre outras fontes. Em conclusão, observamos que as referências ao continente Europeu presentes nessas fontes vão muito além do campo da Educação Profissional, tratando esse continente, na condição de centro irradiador de valores e ideias, como modelo de civilização a ser seguido pelo Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Europa; Educação Profissional.

ABSTRACT: This article aims to analyze how references to the European continent appear in discourses related to Professional Education in Brazil in the first decades of the 20th century. For that, starting from the understanding that the speech represents the characteristics and interests of an individual, but also of the group to which he belongs, government reports, newspaper articles and the book *Impressões da Europa*, by Nilo Peçanha, are analyzed, among other sources. In conclusion, we observe that the references to the European continent presents in these sources go far beyond the field of Vocational Education, treating this continent, as a radiating center of values and ideas, as a model of civilization to be followed by Brazil.

KEYWORDS: Speech; Europe; Professional Education.

Introdução

Este texto pretende analisar como referências ao continente Europeu apareceram em discursos sobre a Educação Profissional no Brasil, nas décadas iniciais do século XX. Referimo-nos a um contexto em que se implementava no Brasil, pelos idos de 1909, a primeira rede de instituições de ensino profissional no país, as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA's), em um cenário marcado por incertezas quanto ao sucesso dessa empreitada, associado a uma

* Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação, pela Universidade do Minho. Realizou estágio pós-doutoral no PPGEP-IFRN. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN), vinculado à linha de História, historiografia e memória da Educação Profissional.

** Doutor em Educação – Área de conhecimento de História da Educação (2007) pela Universidade do Minho. Assistente do Departamento de Pedagogia do Instituto de Psicologia e Educação da Universidade do Minho e Colaborador do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

série de expectativas que tais Escolas traziam, especialmente ligadas a um ideal de regeneração social.

Para tanto, utilizaremos como fontes, entre outras, relatórios de governo, matérias de jornal e o livro *Impressões da Europa*, de Nilo Peçanha, tomado como patrono da Educação Profissional no Brasil por ter sido o responsável pela elaboração do decreto nº 7.566/1909, de criação das EAA's.

Como usamos o conceito de discurso no próprio título do texto, consideramos ser importante fazermos uma ressalva antes de avançarmos em nossa análise: não nos filiamos a nenhuma linha específica de análise de discurso. Sentimo-nos confortáveis, de qualquer modo, com a definição apresentada pelo historiador Irlen Gonçalves, para quem o discurso é o “pronunciamento oral ou escrito, elaborado com uma série de significados que expressam a maneira de pensar e de agir de um indivíduo dirigindo-se ao outro e dele a um campo de indivíduos” (GONÇALVES, 2012, p. 13). Gonçalves afirma, ainda, que no discurso encontramos os “elementos simbólicos comunicacionais. O argumentatário é o conjunto de argumentos constitutivo do discurso. E o gesto é a expressão da forma como o discurso será manifestado (...), pelo uso de uma linguagem (...) expressa com variados sentimentos, intenções, analogias e metáforas” (GONÇALVES, 2012, p. 13).

Assim, o discurso traz as marcas de um indivíduo, pois expressa sua “maneira de pensar”, de agir e de ser; mas também traz as marcas de um coletivo, posto que quem discursa o faz para alguém, para outros, para um grupo em relação ao qual anseia ver seu pensamento acolhido. É formado por argumentos que embasam a defesa de uma ideia e, igualmente, por gestos ajudam a dar sentido e força a esses argumentos.

É preciso entender também que esses discursos se inserem em fontes que serão analisadas por nós como documentos/monumentos. Como nos alerta Jacques Le Goff, “não existe um documento objetivo, inócuo, primário” (LE GOFF, 1990, p. 545). A concepção do documento como fonte da Verdade, construída pela escola positivista, e do historiador como coletor de documentos, há muito está ultrapassada, tendo tido papel importante para superação dessas concepções o movimento da Escola dos Annales, do qual o próprio Le Goff fez parte. E é este historiador francês que defende a análise do documento como monumento: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do

documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente” (LE GOFF, 1990, p. 545).

Por fim, estamos nos referindo a um processo de importação de ideias e modelos. O Brasil de fins do século XIX e início do XX é um país que busca, através de sua elite, integrar o concerto das nações civilizadas, o que fica mais patente com a instauração do regime republicano em 1889. As ideias e modelos a que nos referimos estão associados à Educação Profissional, mas, como veremos, não se restringem a eles.

Para entendermos melhor esse processo de importação, partimos da análise de Houssaye, para quem há, no contexto da contemporaneidade, “uma internacionalização da educação e da formação” (2007, p. 297). Como lembra esse autor, “este movimento global se constrói sobre correntes dominantes” e ganha força ainda no início do século XX, quando “um certo modelo de escola, nascido e consolidado no mundo europeu, adquiriu características ‘universais’ e se impôs como fator decisivo das regulações econômicas presentes na cena internacional” (HOUSSAYE, 2007, p. 302).

As “correntes de poder” referidas por Houssaye são originárias do que denominamos, inspirados em E. Shils (1992), de centros de poder, espaços irradiadores de crenças, valores e símbolos para as periferias. Em nosso caso, o centro de poder é a Europa Ocidental ou, mais especificamente, países como França, Suíça e Inglaterra, que aparecem como modelos (da Educação Profissional, mas não só dela) a serem seguidos pela periferia, representada pelo Brasil, num processo de perpetuação das relações coloniais.

Antes de iniciarmos a exploração de nossas fontes de pesquisa, uma última ressalva deve ser feita: não nos referiremos neste artigo a modelos pedagógicos específicos, inclusive porque essas fontes não citam diretamente tais modelos. Os discursos presentes nelas remetem a países europeus tomados como referências na Educação Profissional por sua longa trajetória nesse campo, estrutura, organização e, é certo, por representarem também um ideal de nação civilizada.

Esse país ainda vai cumprir seu ideal...?

As nossas escolas profissionaes diferem e hão de differir por muito tempo dos estabelecimentos congeneres dos paizes mais adeantados no assumpto, como a Alemanha, a Suissa, a Belgica e os Estados Unidos, porque somos forçados a admittir nellas o analphabeto, sem o que ficariam quase que desertas. (BRASIL, 1914, p. XXVIII)

As palavras do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, o Sr. Manoel Edwiges Queiroz Vieira, indicam com clareza o caminho que “nossas escolas profissionais” deveriam seguir. Países como a Alemanha, Suíça, Bélgica eram modelos a serem adotados pela pátria brasileira no campo da educação (profissional). Nisso, não havia novidade. Nos anos finais do Império, Rui Barbosa, então deputado geral, ao emitir pareceres para sustentação de uma reforma do ensino no país, defendeu a adoção do método intuitivo (também chamado de lições de coisas), originado na Alemanha, ainda no século XVIII e difundido para outros países da Europa e para os Estados Unidos, no século XIX. Para além disso, nas primeiras páginas do seu parecer da Reforma do Ensino Primário, Rui Barbosa discorre sobre a organização do ensino na Inglaterra, Suécia, Finlândia, Prússia e Suíça, de modo a sugerir caminhos para a jovem nação brasileira.

Podemos ir mais longe. Pelos idos de 1867, José Liberato Barroso, político e escritor cearense, publicava a obra *A Instrução pública no Brasil*. No texto, em ao menos seis momentos distintos, o autor usa a expressão “países mais adiantados” (BARROSO, 1867, p. 4; 5; 57; 74; 150; 212) para se referir a nações europeias que deveriam ser espelho para o Brasil no campo da Educação. Para exemplificarmos, em um dos trechos, aponta que o ensino superior no Brasil ainda não estava em acordo com as necessidades “da civilização nem dos progressos”, como ocorria “nos países mais adiantados” (BARROSO, 1867, p. 74). Assim, na segunda metade do século XIX a Educação aparecia nos discursos da elite política brasileira como caminho para tornar o país uma nação civilizada, inspirando-se nas nações europeias.

Mas quais seriam esses ditos “países mais adiantados”? No texto do conselheiro Barroso, a França é o país mais lembrado, citado em 23 passagens; na sequência, temos a nação alemã, ainda em processo de unificação à época, referida em 14 ocasiões; a Bélgica é citada 12 vezes; a Suíça, oito; a Itália, por sua vez, é lembrada em seis distintos momentos. Os países aparecem como exemplo no ensino primário, secundário, superior... E também no ensino profissional. Em uma das passagens referentes a esse ramo de ensino, Barroso cita, conjuntamente, Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha e Bélgica, ao afirmar que tais países compreendem a “importância do ensino profissional, e os múltiplos resultados de que

é capaz a actividade humana, quando dirigida por uma inteligência illustrada de conhecimentos profissionaes e technicos”¹ (BARROSO, 1867, p. 135).

Os textos de Rui Barbosa e José Barroso indicam que a referência a países europeus como exemplos a serem seguidos no campo da Educação e, mais especificamente, do ensino profissional, não era propriamente uma novidade no alvorecer do século XX no Brasil. A novidade era, certamente, um senso de urgência que se instaurava com a República.

Naquele ano de 1914, as Escolas de Aprendizes Artífices, que começaram a funcionar em 1910, não vinham apresentando resultados palpáveis. Conforme Santos, em 1914, o número de alunos evadidos ou eliminados foi de quase 30%; no ano anterior, ficara na casa dos 40% (SANTOS, 2019, p. 266). O número de concluintes, sempre muito baixo no período estudado (1910-1937) era reflexo, em boa medida, deste índice de evasão. Conforme dados dos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1916, na Escola de Aprendizes de Natal formaram-se três alunos; no ano seguinte, cinco; em 1919, um recorde: oito alunos formados! Os números não eram mais animadores nas outras Escolas do gênero espalhadas pelas capitais brasileiras.

Assim, o projeto de regeneração social proposto pela República brasileira através das Escolas de Aprendizes Artífices parecia fracassar. Regeneração social, dizemos, pois o decreto de criação dessas instituições evidenciava que sua função era a de afastar os “desfavorecidos de fortuna” da “ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime” (BRASIL, 1909). Esses desfavorecidos de fortuna, explica Santos (2019), eram os filhos dos grupos populares, alguns dos quais descendentes diretos dos negros escravizados libertos pela Lei Áurea, em 1888.

Para a elite republicana, esses sujeitos compunham uma classe perigosa, posto que, agora livres, poderiam descambar para o mundo dos crimes e da vadiagem. O decreto nº 7.566/1909 deixa mesmo implícita a ideia de que os tais “desfavorecidos de fortuna” teriam uma tendência natural para se tornarem viciados e criminosos, sendo necessário, para evitar esse descaminho, fazê-los “adquirir habitos de trabalho proficuo” (BRASIL, 1909) através da aprendizagem de um ofício em uma escola de ensino profissional.

Mas em 1914, reforçamos, as Escolas de Aprendizes Artífices ainda estavam longe de cumprir seu ideal. Daí o senso de urgência presente na fala do Ministro Vieira. Um senso de

¹ Resolvemos manter, nesta e nas outras citações de documentos, a grafia original.

urgência acompanhado por um tom de indignação, ao se referir à necessidade de as Escolas de Aprendizes receberem analfabetos. Era como se esses analfabetos fossem uma mácula para as tais Escolas e, em sentido mais amplo, para a própria nação brasileira que, por tal mancha, distanciava-se ainda mais do grau de civilização sonhado por sua elite.

Não por acaso, pelos idos de 1915, um grupo de intelectuais liderados pelo ex-deputado federal Antonio Ennes de Sousa fundou a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, buscando realizar o que denominavam de uma “cruzada santa” contra esse terrível mal que assolava a nação (VARELLA; CURSINO, 2022, p. 57). A ideia da Liga Brasileira repercutiu e formaram-se pelo país ligas estaduais e municipais.

Mas se, por um lado, o analfabetismo representava um atraso para as Escolas de Aprendizes e, é certo, para a nação, por outro lado, essa mácula não faria parte também de um projeto de poder daquela mesma elite que condenava esse mal? A República instaurada em 1889, através de um golpe militar, claramente não almejava a participação popular nos espaços públicos e nas instâncias de poder.

Senão, vejamos o que dizia a Constituição de 1891, a primeira do período republicano. O artigo 70, em seu parágrafo primeiro, indicava que não podiam alistar-se eleitores, entre outros, os analfabetos e mendigos. Essa restrição ao voto de analfabetos era, até aquele momento, inédita na história do país. Como explicam Dore e Ribeiro, os ventos liberais vindos da Europa e que sopravam no Brasil levaram ao fim do voto censitário. Mas a elite brasileira precisava de mecanismos para continuar a cercear a participação popular, vindo daí a restrição constitucional ao voto dos analfabetos, que representavam, naquele contexto, cerca de 80% da população brasileira (DORE; RIBEIRO, 2011, p. 86).

A crítica aos analfabetos como causa do insucesso das Escolas de Aprendizes Artífices representa, portanto, uma incoerência no discurso do Ministro Vieira, visto que era o próprio Estado brasileiro responsável por aquela situação. Mas se o discurso de Vieira traz, por um lado, essa incoerência, por outro revela o modo de pensar de seu grupo. Para aqueles que comandavam a República brasileira, a Europa era um exemplo a ser seguido. Mas não na íntegra. Aqui nos trópicos, valia imitar formatos, mas não conteúdos. Dito de outro modo, as Escolas de cá poderiam se inspirar nas de lá. Mas era preciso cuidar para manter aqui a ordem social intacta. Relativamente às Escolas de Aprendizes Artífices, como defende Santos (2019), elas deveriam se voltar muito mais à disciplinarização daquela massa de homens

denominados de desfavorecidos da fortuna, do que propriamente à formação técnica. Esta formação era muito mais um meio para disciplinar os ditos desafortunados, para torná-los “cidadãos uteis á nação” (BRASIL, 1909), do que um fim em si mesma.

Nilo Peçanha certamente tinha consciência disso. Antes de assumir a presidência do país, havia, como Presidente do estado do Rio de Janeiro, criado três escolas profissionais nas cidades de Campos, Petrópolis e Niterói (CARVALHO, 2018, p. 6). Dois anos antes de criá-las, discursava para o congresso legislativo de seu estado, ressaltando o papel da educação profissional na formação de um novo povo. Vejamos o que ele dizia:

Como em França (...), o Brasil mudou duas vezes de constituição, destronou dous imperadores, proclamou o regimen republicano, libertou o trabalho, mas no que diz respeito á formação propriamente do **novo povo** nada se tem feito. Succedem-se os programas e reformas, mas o espirito do ensino ainda é o mesmo. (RIO DE JANEIRO, 1904, p. 10)

Na sequência, Peçanha reforça a importância da Educação Profissional na preparação de espíritos mais práticos e prontos a servir à nação, opondo-se ao bacharelismo das Academias, que produzia “moços” que esperavam “tudo das graças e dos favores do Estado. Há, de qualquer modo, pontos do discurso que Peçanha que merecem ser vistos com mais cuidado.

Em primeiro lugar, a comparação com a França, palco de movimentos revolucionários nos séculos XVIII e XIX é, digamos, incompleta. Isso porque, ao estabelecer um paralelo entre França e Brasil, Peçanha negligencia o fato de que aqui nos trópicos os movimentos de mudança citados não contaram com efetiva participação popular (exceção feita ao movimento abolicionista que, não obstante a participação de intelectuais, contou também com participação de escravizados e outros trabalhadores tidos como livres²²). Diferentemente do que ocorrera em França, por cá essa participação não era bem vista, sendo tratada pela elite brasileira como sinal de ameaça à ordem.

Assim sendo, é preciso avaliar com cuidado que “novo povo” seria esse a ser criado pelo regime republicano, segundo as palavras de Peçanha. Esse dito “novo povo” não deveria ter qualquer tendência à desordem, muito menos à revolução. A França não era aqui (nem o Haiti, é claro). Imperadores até poderiam ser destituídos – e o foram, de fato – mas tudo

²² Sobre a participação de escravizados e trabalhadores tidos como livres no processo de abolição da escravização, indicamos a tese *A "escravidão livre" na corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da abolição)*, de COSTA (2012).

dentro da mais perfeita ordem. Nada de cabeças rolando. Deste modo, é possível perceber que essas imagens da Europa eram também, digamos, esterilizadas. Nem tudo que vinha lá do Velho Continente serviria para cá. Os conteúdos “perigosos”, ou seja, aqueles que podiam gerar algum tipo de subversão, balbúrdia ou desordem, não eram incorporados ao discurso dos dirigentes republicanos.

A ideia de que as escolas profissionais deveriam formar cidadãos ordeiros – e não revolucionários – está presente em outras falas de Nilo Peçanha e também no jornal *A Republica*, da cidade de Natal-RN, ao tratar da Escola de Aprendizes Artífices dessa cidade. Em 1916, após a passagem pela presidência da República, Peçanha retorna ao governo do estado do Rio de Janeiro e reforça, em sua fala, qual seria o papel das escolas profissionais. Vejamos o que dizia o ex-presidente: “Tenho fé que veremos em breve sahirem destes institutos, fugindo ao vicio e ao crime, artistas educados, homens uteis á sociedade (...), vigorosos de corpo e sadios de alma” (RIO DE JANEIRO, 1916, p. 26).

Vê-se que as escolas profissionais, em especial as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam estar prontas a formar o cidadão útil à nação, livre de vícios e pronto a servir à pátria, sem questionar seu ordenamento social. Por isso, eventualmente, as imagens da Europa precisavam ser esterilizadas, posto que naquele continente, fosse em França, Inglaterra, Itália ou Alemanha, em distintos momentos o povo havia se envolvendo em movimentos de profunda contestação social e política.

A concepção de que as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam atender mais à manutenção do *status quo* daquela sociedade do início do século XX, e não propriamente à formação para a indústria visando o crescimento econômico da nação, como acontecia nos países lembrados nos documentos estudados, pode ser vista no jornal *A Republica*, no momento de inauguração da Escola de Aprendizes de Natal. Dizia o redator que “em todos os paizes cultos” a educação profissional ocupava “logar de destaque” e que o governo republicano, com as Escolas de Aprendizes Artífices, seguiu o caminho desses mesmos países ao preparar “para o futuro uma geração de homens capazes, aproveitando as aptidões e habilidades d’essas pobres crianças, salvando-as da malandragem e da mendicancia, transformando-as em cidadãos uteis á familia e á pátria” (ESCHOLA. *A Republica*, 13 jan. 1910, p. 1).

Resta evidenciado nas linhas escritas pelo redator de *A Republica* que as Escolas de Aprendizes teriam uma função profilática. Caberia a elas, em síntese, transformar sujeitos de moral vacilante em cidadãos úteis à nação. Os manuais didáticos – alguns deles traduzidos do alemão ou inglês, como os de trabalhos manuais – indicavam o caminho a ser seguido na reforma moral desses sujeitos tendentes à malandragem (SANTOS; AFONSO, 2018), como explicita a matéria.

Quanto aos “paizes cultos” referidos no texto do jornal, embora não sejam explicitados, outras matérias do mesmo jornal indicam quais eram as referências seguidas. No jardim público construído na Ribeira, a fonte “de alto valor artístico” era oriunda da Europa (JARDIM. *A Republica*, 31 out. 1905, p. 1). Fabrício Pedroza, que havia sido presidente da Intendência Municipal de Natal, despedia-se dos conterrâneos em 1906, passando-lhes o endereço de sua nova residência em Paris para quem desejasse lhe endereçar cartas (SOLICITADAS. *A Republica*, 15 mar. 1906, p. 1). Naquele mesmo ano, Antonio Polidrelli, de origem italiana e referido como “engenheiro das obras municipaes” de Natal, retornava de viagem à Itália, Suíça, Espanha, França e Portugal, de onde certamente trazia muitas inspirações para suas obras na capital potiguar (VIDA. *A Republica*, 06 out. 1906). Em outubro de 1909, após quatro meses de viagem à Europa, o Dr. Mario Lyra, importante clínico de Natal, voltava à sua cidade após visitas a importantes hospitais de Londres e Paris, trazendo em sua mala novos equipamentos para seu consultório (DR. MARIO. *A Republica*, 19 out. 1909, p. 1).

Poderíamos lembrar também que o político e escritor potiguar Henrique Castriciano, ao criar a Escola Doméstica – uma instituição escolar destinada a uma espécie de profissionalização da mulher, levando em conta seu papel de mãe, esposa e guardiã do lar – pelos idos de 1911, inspirou no modelo de educação Suíça, baseado em “estudo criterioso” do que vira nesse país “em tudo o que diz respeito á educação da mulher, estabelecendo o confronto com o atraso do Brazil” (LIGA. *A Republica*, 25 jul. 1911, p. 1).

Assim, as referências a nações da Europa eram constantes nas páginas do *A Republica*, jornal de maior circulação no Rio Grande do Norte no início do século XX. E, como pudemos ver, as citações aos países europeus apareciam em diferentes contextos, inclusive associadas à educação, como vimos no último exemplo. Entendemos, por essas referências, que a Europa aparecia efetivamente como um modelo de civilização a ser seguido, fosse no

campo da arquitetura/engenharia, da medicina ou da educação, por um Brasil marcado pelo “atrazo”.

É perceptível também que o conhecimento que se tinha do continente europeu partia, em grande medida, das viagens realizadas pelos membros abastados daquela sociedade ao Velho Continente. Nilo Peçanha não fez diferente. Tendo assumido a presidência da República após a morte de Afonso Pena, em 1909, rumou para Europa tão logo concluiu o mandato, em fins de 1910. Do Rio de Janeiro, então capital federal, partiu para viagem ao continente europeu, tendo passado pela Suíça, Espanha, Itália, Inglaterra, França, Alemanha e Portugal. Deixou escrita suas *Impressões da Europa*, com primeira edição feita em Nice, França, e proposição de dois volumes: o primeiro a tratar das viagens à Suíça, Itália e Espanha; o segundo voltado para as impressões relacionadas à França, Inglaterra, Alemanha e Portugal. Este segundo volume, contudo, nunca chegou a ser publicado, pelo que indicam nossas pesquisas.

O primeiro volume foi lançado no Brasil pela Livraria Garnier, no Rio de Janeiro, e possuía quatro capítulos, distribuídos em 320 (trezentas e vinte) páginas. Foi adquirido por nós em um sebo virtual e, ao que pesquisamos, pode ser encontrado, para pesquisa *in loco*, na Biblioteca Nacional (BN) e também no acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ambas as instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro

Quanto à organização do texto, o primeiro capítulo era dedicado à Suíça; o segundo, à Itália; o terceiro, à Espanha. O último capítulo, intitulado *O discurso de Paris*, trazia a fala preparada por Nilo Peçanha para brasileiros radicados em Paris, após um banquete oferecido por esses mesmos brasileiros ao ex-presidente, em 13 de julho de 1911. proferido em um banquete oferecido por brasileiros a ele.

Nesse primeiro volume, especialmente no capítulo dedicado à Suíça, Peçanha trazia reflexões importantes ao tratar da Educação Profissional naquele país. Ao citar os institutos técnicos ali criados, afirmou que exprimiam

A reação contra a extensão do princípio da divisão do trabalho, quando estabeleceu duas classes distintas, a dos intelectuais e a dos trabalhadores, o que vale a dizer, a escravização d’uma pela outra; como se esse desprezo pelo trabalho manual que é a verdadeira disciplina do homem e essa injustiça muitas vezes secular que vem mutilando a consciência do maior número e caracterizando a nossa civilização feita de egoísmo e de sensualidade, e que deu a uns o monopólio do pensamento, tão odioso, e tão absurdo, como

seria o da luz, do ar, da respiração, e aos outro impoz a servidão, a ignorância, e os duros encargos da vida, pudesse corresponder aos nobres destinos moraes e intellectuaes do homem (PEÇANHA, 1913, p. 34-35).

É interessante observar que a fala de Peçanha em 1912 remete àquela feita ainda em 1904, quando era presidente do estado do Rio de Janeiro e critica o “vício” do bacharelismo presente na cultura brasileira (RIO DE JANEIRO, 1904, p. 10). Mas se lá na Suíça o desenvolvimento da Educação Profissional contribuía para diminuir a distância entre as classes dos intelectuais e dos trabalhadores, no Brasil as Escolas de Aprendizes Artífices criadas no governo de Peçanha ratificavam, para não dizer reforçavam, essa separação. Afinal, as referidas escolas, instituições de ensino primário, eram voltadas aos *desfavorecidos de fortuna*, a quem se destinavam os trabalhos manuais rejeitados pelas classes abastadas. Os membros destas classes, para nos referirmos ao Rio Grande do Norte, faziam seus estudos no Atheneu, tradicional escola da capital potiguar, e de lá iriam para os bancos da Faculdade de Direito do Recife ou de Medicina de Salvador.

Seria ingênuo imaginar que esta divisão – de um lado as escolas para os filhos dos pobres e, de outro, aquelas destinadas aos membros da elite – era obra do acaso. Tal qual a proibição do voto aos analfabetos, a distinção dos itinerários formativos dos desfavorecidos de fortuna e dos mais abastados refletia um modelo de sociedade bem diferente daquele elogiado por Peçanha ao se referir à Suíça.

O ex-presidente não deixe, de qualquer modo, de indicar aquele qual seria, em nossa análise, o principal propósito das Escolas de Aprendizes Artífices: apascentar os ditos *desfavorecidos de fortuna*, de modo a torna-los dóceis e úteis. Nas palavras de Peçanha, o desenvolvimento da Educação Profissional afastaria a classe trabalhadora dos perigos da “agitação socialista”, bem como daria grande contribuição para a “formação do caracter do povo” brasileiro (PEÇANHA, 1913, p. 41-43).

Para tanto, era preciso continuar se guiando pelo que vinha de fora. Os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio dão conta, em diferentes momentos, da contratação de profissionais estrangeiros, em especial para escolas agrícolas (BRASIL, 1909, p. 37; 1916, p. VIII). Missões com fins pedagógicos também são lembradas nos mesmos relatórios, como a Missão Carlos Moreira aos Estados Unidos, destinada, entre outros pontos, a visitar institutos técnicos de ensino que receberiam alunos brasileiros financiados pelo

governo para frequentarem cursos de química, mecânica, eletricidade e agronomia (BRASIL, 1918, p. 247-248).

Sim, é importante que se diga que os Estados Unidos também aparecem como uma referência a ser seguida no campo da Educação Profissional já no início do século XX. Comumente, essa influência americana tem sido lembrada no contexto da Guerra Fria, seja através da atuação da CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial), durante a breve experiência democrática brasileira, de 1946 a 1963; ou no período da ditadura civil-militar, por intermédio dos acordos MEC-USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional). E parece-nos certo afirmar que a influência americana foi mais clara e contundente no campo da Educação (Profissional) – como também no campo político-diplomático, econômico, cultural... – neste tenso e disputado período da Guerra Fria.

Mas novas pesquisas talvez possam vir a demonstrar que essa influência americana já é perceptível e significativa nas primeiras décadas do século XX. Resta para nós evidente, de qualquer modo, que nesse período a Europa será o grande modelo a ser seguido, não apenas em relação à Educação Profissional, mas também como referência de Civilização desejada pela elite brasileira.

Últimas palavras

Na virada do século XIX para o XX, a elite brasileira abrigada nas instâncias de poder republicanas queria (re)criar o país. Não por acaso, uma onda modernizadora tomou conta de grandes e médias cidades do Brasil, atingindo a capital federal, reformada na gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, e também Natal, a capital potiguar, que passará por obras de melhoramento, especialmente nas décadas de 1900 e 1920.

Mas, como lembrava Nilo Peçanha, para essa elite o bota-abixo realizado na capital federal e, em menor medida, em cidades como Natal, não seria suficiente para concretizar a obra de regeneração nacional. Seria preciso também, nas palavras de Peçanha, formar o “novo povo” (RIO DE JANEIRO, 1904, p. 10).

As referências à Europa associadas à Educação Profissional aparecem nesse contexto. Países como Suíça, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, entre outros, são lembrados não só como modelo a serem seguidos pelo sucesso e potência de suas instituições de ensino técnico, mas também, como já reiteramos, pelo grau de civilização que possuíam, na visão da elite

brasileira. Uma elite que, localizada na periferia, queria aproximar-se da Europa como centro, reproduzindo valores, ideias e costumes importados daquele continente.

Homens como Nilo Peçanha e Henrique Castriciano pareciam encantar-se com os ares europeus. Mas seus discursos demonstram que nem tudo de lá serviria para cá. As revoluções que impactaram a França e o consolidado espírito democrático que marcava a Suíça não teriam espaço nas terras tupiniquins. Aqui, a Ordem deveria sempre vir antes do Progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Educação Pública*. v. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARROSO, José Liberato. *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1867.

BRASIL. *Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Indústria Viação e obras públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida no ano de 1909*. V. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, no ano de 1914*. V. I. Rio de Janeiro: Typographia do Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio, 1914. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti, ano de 1916*. V. 1. S.l/S.d. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2008/>. Acesso em: 10 out. 2021

BRASIL. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. João Gonçalves Pereira Lima, Anno de 1918*. V. 1. S.l/S.d. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2010/>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. Nilo Peçanha e a Criação das Escolas de Aprendizizes Artífices No Contexto Da Primeira República (Eaas): 1910–1914. In: *Anais da 7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica*. Ribeirão Preto: ABPHE, 2018.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. *A "escravidão livre" na corte: escravizados moralmente lutam contra a escravidão de fato (Rio de Janeiro no processo da abolição)*. 2012. 263f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2012.

DR. MARIO Lyra. *A Republica*, Natal, 19 out. 1909.

ESCHOLA de Artifices. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1910.

JARDIM Publico. *A Republica*, Natal, 31 out. 1905.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LIGA do Ensino. *A Republica*, Natal, 25 jul. 1911.

GONÇALVES, Irlen Antônio. (Org.). Congresso Legislativo Mineiro e Educação Profissional: leitura compartilhada para construção da República. In: _____. *Progresso, trabalho e Educação Profissional em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

HOUSSAYE, Jean. *Viagens pedagógicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

PEÇANHA, Nilo Procópio. *Impressões da Europa (Suíça, Itália e Espanha)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1913.

RIO DE JANEIRO. *Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1904 pelo presidente do estado, Dr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1904. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=122&s=0&cv=0&r=0&xywh=-52%2C-1%2C3431%2C2421>. Acesso em: 30 ago. 2022.

RIO DE JANEIRO. *Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 1916 pelo presidente do estado, Dr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio" de Rodrigues & C., 1904. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/184#?c=0&m=134&s=0&cv=1&r=0&xywh=-52%2C-1%2C3431%2C2421>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Entre a Ordem e o Progresso: a Escola de Aprendiz Artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937)*. Natal/João Pessoa: Ed. IFRN/Ed. IFPB, 2019.

SANTOS, R. M. B.; AFONSO, J. A. M. M. Leituras higienizadas: análise dos manuais adotados nas Escolas de Aprendiz Artífices (1909-1937). *History of Education in Latin America - HistELA*, v. 1, p. 1-20, 2018.

SHILS, Edward. *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

SOLICITADAS. *A Republica*, Natal, 15 mar. 1906.

VARELLA, Simone G.; CURCINO, Luzmara. Liga Brasileira contra o Analfabetismo: uma análise discursiva de sua 'cruzada' em prol da leitura. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 22, n. 1, p. 53-64, jan./abr. 2022.

VIDA Social. *A Republica*, Natal, 06 out. 1906.